

Consensualidade no TCU deve ser consolidada e ampliada, defende advogado

01/07/2026

A consensualidade pode ser ampliada para processos internos do Tribunal de Contas da União e até para temas sociais. Foi o que defendeu o advogado **Luís Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti**, coordenador do Observatório do TCU no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em entrevista à revista eletrônica **Consultor Jurídico** durante o **XIV Fórum de Lisboa**, no último mês de junho.

De acordo com o advogado, a consensualidade no TCU traz inovação ao serviço público e segurança jurídica, tanto para particulares quanto para administradores e gestores. Por isso, “deve ser consolidada e mantida ativa”.

O Observatório do TCU no IDP é um ambiente acadêmico que tem como objetivo desenvolver pesquisas para “contribuir para o controle externo”. Ele congrega advogados públicos, privados, servidores do tribunal e gestores públicos. “Buscamos sempre pautar com critérios objetivos a nossa pesquisa”, disse Cavalcanti.

O coordenador do Observatório participou, no evento, de um painel sobre “Gestão Pública: Inovação Tecnológica e Métodos Consensuais”, que abordou justamente a consensualidade no TCU.

Clique [aqui](#) para ver a entrevista ou assista abaixo:

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jul-01/consensualidade-no-tcu-deve-ser-consolidada-e-ampliada-defende-advogado/>

Reprodução / TV ConJur



Advogado Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti no XIV Fórum de Lisboa